



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ELIZABETH REGINA SILVA FERREIRA

**GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA PRODUÇÃO DOS TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA/UEPB, NOS ÚLTIMOS 20 ANOS
(1997-2016)**

JOÃO PESSOA

2017

ELIZABETH REGINA SILVA FERREIRA

**GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA PRODUÇÃO DOS TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA/UEPB, NOS ÚLTIMOS 20 ANOS
(1997-2016)**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para obtenção
da conclusão do Curso de Licenciatura
em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eulina
Pessoa de Carvalho.

JOÃO PESSOA

2017

F383g Ferreira, Elizabeth Regina Silva.

Gênero e orientação sexual na produção dos trabalhos de conclusão de curso de Pedagogia/UFPB, nos últimos 20 anos (1997-2016) / Elizabeth Regina Silva Ferreira. – João Pessoa: UFPB, 2017. 40f. : il.

Orientadora: Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Pedagogia. 2. Trabalho de conclusão de curso. 3. Currículo.
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.016(043.2)

ELIZABETH REGINA SILVA FERREIRA

GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA PRODUÇÃO DOS TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA/UFPB, NOS ÚLTIMOS 20 ANOS
(1997-2016)

O presente trabalho foi submetido à avaliação da banca examinadora, em cumprimento às exigências do Curso de Pedagogia, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em ____/____/____

Banca examinadora

Professora Doutora Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Orientadora – UFPB

Professora Doutora Jeane Félix da Silva – UFPB

Professor Doutor Joseval dos Reis Miranda – UFPB

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Sandra Lúcia da Silva e ao meu pai, Moacyr dos Santos Ferreira pela dedicação a mim, por apoiarem minhas escolhas e acreditarem no meu sucesso. À minha companheira, Mayra Euzebio dos Santos por todo incentivo, palavras de carinho e cuidado nos momentos difíceis. À minha orientadora, professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho por seu conhecimento, suas orientações e principalmente pelas oportunidades de trabalharmos juntas no NIPAM, em projetos de pesquisa e extensão.

RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de Pedagogia objetiva identificar, mapear e refletir sobre a presença das temáticas gênero e orientação sexual na produção dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Pedagogia (TCC) do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, a partir de análise documental e com base nos marcos legais, bem como nas conquistas dos movimentos sociais. Em um levantamento de 20 anos (1997-2016), foram produzidos 60 trabalhos sobre as temáticas de gênero e orientação sexual de um total de 1409 trabalhos, dos quais 21 correspondem especificamente a gênero e 39 a orientação sexual. Considerando o TCC como culminância da experiência curricular, ancora-se a análise da evolução da produção dos TCC em documentos que marcam a inclusão dessas temáticas na política nacional de direitos humanos, de educação e na formação em pedagogia, tentando perceber os impactos diretos e/ou indiretos no currículo do Curso da IES pesquisada. A pesquisa pautou-se em um delineamento do tipo bibliográfico e um levantamento documental de natureza quanti-qualitativa. Foi realizado um levantamento sobre a presença das temáticas gênero e orientação sexual no Laboratório de Estágio Supervisionado (LAES) e na Biblioteca Setorial do Curso de Pedagogia. Os resultados obtidos indicam que a produção de TCC sobre essas temáticas é incipiente e não compatível com as conquistas dos movimentos sociais feministas e LGBT (de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Tampouco os marcos legais interferem efetivamente no currículo do referido curso, pois os temas gênero e orientação sexual são trabalhados de maneira facultativa por iniciativa particular de professores/as em poucas disciplinas.

Palavras-chave: Pedagogia, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Gênero, Orientação Sexual, Currículo.

ABSTRACT

This work of conclusion of the Pedagogy course aims to identify, map and reflect on the presence of the themes gender and sexual orientation in the production of the Conclusion Works of the Pedagogy Course (TCC) of the Education Center of the Federal University of Paraíba (UFPB), Campus I, based on documentary analysis and based on legal frameworks, as well as on the achievements of social movements. In a 20-year survey (1997-2016), 60 papers on the themes of gender and sexual orientation were produced for a total of 1409 papers, of which 21 corresponded specifically to gender and 39 sexual orientation. Considering CBT as the culmination of the curricular experience, it is anchored the analysis of the evolution of the production of CBT in documents that mark the inclusion of these themes in the national policy of human rights, education and training in pedagogy, trying to perceive the direct and / Or indirect in the curriculum of the IES Course studied. The research was based on a delineation of the bibliographic type and a documental survey of quanti-qualitative nature. A survey was carried out on the presence of gender and sexual orientation in the Supervised Internship Laboratory (LAES) and in the Sector Library of the Pedagogy Course. The results indicate that the production of CBT on these issues is incipient and not compatible with the achievements of the feminist and LGBT social movements (Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexual). Neither do legal frameworks interfere effectively with the curriculum of this course, since the themes gender and sexual orientation are worked on an optional basis by the private initiative of teachers in few disciplines.

Keywords: Pedagogy, Course Completion Work (CBT), Gender, Sexual Orientation, Curriculum.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. MOVIMENTOS FEMINISTA E LGBT E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS NO BRASIL	12
2.1 Movimento Feminista	12
2.2 Movimento LGBT	16
3. METODOLOGIA	20
4. GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB	21
5. ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOS TCC DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	23
6. CONCLUSÕES	29
7. REFERÊNCIAS	30
8. APÊNDICES	33
9. ANEXO	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

LAEST - Laboratório de Estágio Supervisionado

CE - Centro de Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNPM - Plano de Políticas Públicas para Mulheres

PBSH - Programa Brasil Sem Homofobia

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ONU - Organização das Nações Unidas

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres

ONG - Organização Não Governamental

NIPAM - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher, Relações de Sexo e Gênero

GPPGeR - Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

CID - Classificação Internacional de Doenças

AIDS - Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

IES - Instituição de Ensino Superior

GDE - Gênero e Diversidade na Escola

EAD - Educação à Distância

REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a
Mulher e Relações de Gênero

DST - Doença Sexualmente Transmissível

EJA - Educação de Jovens e Adultos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva identificar, mapear e refletir sobre a presença das temáticas gênero e orientação sexual (no sentido de educação sexual) na produção dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Pedagogia (TCC) do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, a partir de análise documental e com base nos marcos legais, bem como nas conquistas dos movimentos sociais, mais especificamente, movimentos feminista e LGBT a partir da década de 1960.

Conceituando gênero a partir de Carvalho (2016) como “um conjunto de sentidos atribuídos a corpos e identidades/subjetividades; e, por extensão, a objetos, espaços e práticas materiais e simbólicos denominados femininos ou masculinos, de forma dicotômica e hierárquica” e educação sexual como um processo educativo, onde são abordados temas como sexo, gravidez, aborto, métodos contraceptivos, a importância da camisinha, doenças sexualmente transmissíveis, sexualidade, entre outros, observamos o quanto esses temas estão distantes da escola e a necessidade de trazermos pra dentro das salas de aula.

Segundo Britto e Sartori, ao se considerar a complexidade do processo educativo, no papel da escola e na formação docente,

“evidencia-se o ‘gênero’ como uma categoria de análise de relações sociais de dominação/subordinação baseadas na diferença sexual que atravessa a escola e as relações escolares. A teorização sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual possibilita a desconstrução das diferenças, hierarquias e formas de dominação, e precisa ser incluída nos processos de formação de professores e professoras” (BRITTO e SARTORI, 2008).

Todavia a inclusão dessas temáticas é recente no Brasil, remontando ao final da década de 1990, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que traziam o Tema Transversal Orientação Sexual, com um bloco de conteúdos sobre orientação sexual e gênero. Na década seguinte, observam-se alguns avanços no sentido de incluir a diversidade sexual:

A Secad/MEC desenvolveu entre 2005 e 2006 o projeto Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual, com a

finalidade de promover, por meio de cursos de formação e capacitação, posturas de respeito a todas as diferenças que constituem a sociedade brasileira, em especial, as relativas à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero. (BRASIL, 2007, p. 43).

Como essas políticas educacionais curriculares sobre gênero e orientação sexual e de formação docente vêm se refletindo na formação inicial, no caso do curso de Pedagogia? Como as temáticas gênero, sexualidade e diversidade sexual aparecem no currículo deste curso, especificamente no seu projeto pedagógico de curso? Como são incorporadas à formação? Nesse contexto, os Trabalhos de Conclusão de Curso podem ser considerados um indicador da presença dessas temáticas ao longo da formação e da história do curso.

Este TCC se origina do interesse de verificar essa presença e essa história. Para isso fez-se um levantamento de 20 anos, de 1997 até 2016, dos quais 21 correspondem especificamente a gênero e 39 a orientação sexual, de um total de 1409¹ trabalhos produzidos.

Considerando o TCC como culminância da experiência curricular, ancora-se a análise da evolução da produção dos TCC em documentos que marcam a inclusão dessas temáticas na política nacional de direitos humanos, de educação e na formação em pedagogia, tais como: a Constituição Federal, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), o Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e o Projeto Pedagógico de curso (PPC), do Curso de Graduação em Pedagogia da UFPB, tentando perceber os impactos e reflexos diretos e/ou indiretos no currículo.

No primeiro capítulo, descreve-se brevemente o contexto histórico dos movimentos sociais feminista e LGBT, sua influência na criação de documentos legais e principalmente suas contribuições no âmbito educacional. No segundo capítulo, aborda-se a inclusão de gênero e sexualidade no currículo do Curso de Pedagogia da UFPB. No terceiro capítulo, analisa-se a produção dos 60 TCC

¹ Informação colhida na Biblioteca Setorial do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I.

levantados ano a ano, fazendo relação com as políticas públicas e explicitando suas possibilidades e limites.

No tocante aos resultados obtidos, apresentados nas conclusões, percebe-se que a produção de TCC sobre essas temáticas é incipiente e não compatível com as conquistas dos movimentos sociais feministas e LGBT. Tampouco os marcos legais interferem efetivamente no currículo do referido curso, pois os temas gênero e orientação sexual são trabalhados de maneira facultativa por iniciativa particular de professores/as em poucas disciplinas do curso de Pedagogia.

MOVIMENTOS FEMINISTA E LGBT E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS NO BRASIL

Na segunda metade do século XX os movimentos sociais feminista e LGBT conquistam visibilidade no Brasil, impulsionados pelos avanços políticos da Europa e Estados Unidos, “propiciadas pela modernização por que vinha passando o país, pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. Ao mesmo tempo, esse processo desenrolou-se no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam vozes discordantes”. (SARTI, 2004). A repressão criada a partir da ditadura política militar de 1964, o reconhecimento das mais variadas formas de desigualdades entre homens e mulheres e a necessidade de criação de políticas públicas para as “minorias” fizeram com que diferentes grupos de pessoas criassem movimentos organizados em comunidades, igrejas, universidades, entre outros espaços.

Movimento Feminista

No mundo ocidental, o movimento feminista ressurgiu na década de 1960, reivindicando ações políticas para superar as desigualdades de sexo e gênero enfrentadas pelas mulheres no mundo privado e público. No Brasil, na década de 1970, mesmo com a repressão da ditadura militar e conflitos entre a igreja católica e a esquerda marxista, as mulheres permaneceram lutando por seus direitos.

Posteriormente, elas se valeram da abertura política para fortalecer o movimento. Em 1975 foi realizada pela ONU a I Conferência Mundial sobre a Mulher e instituída a Década da Mulher². Foi nesse momento que as mulheres começaram a frequentar massivamente as universidades e criaram os primeiros núcleos de estudos da mulher e, posteriormente, de estudos de gênero.

Surgem também os primeiros grupos feministas e as primeiras pesquisas publicadas sobre a condição da mulher (ainda não se falava no conceito de gênero e em desigualdade de gênero) e, com isso, a preocupação em consolidar o projeto feminista na academia.

Em 1980 é criado o primeiro núcleo de estudos em uma universidade brasileira, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fruto da iniciativa de Fanny Tabak, a criação deste Núcleo será um exemplo a ser seguido, imediatamente, por muitas outras estudiosas em outras regiões do país. Já em 1981, surge o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), na UFCE e, em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da UFBA. Em 1984, são criados mais três núcleos nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. (COSTA e SARDEMBERG, pág. 31, 2014).

Esses núcleos se formavam para reverter o quadro de desconhecimento sobre as questões específicas das mulheres nas universidades, tornando-se peças fundamentais para dar legitimidade e status ao tema. Segundo Blay (2006, p.63), “a criação dos núcleos de estudos de gênero foi uma estratégia feminista para superar os entraves que as universidades faziam à entrada do tema mulher na academia”.

Foi somente em 1985 que se criou, no Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres-CNDM (Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985). A partir dessa década e, sobretudo na década de 1990, cresceram e se diversificaram os grupos de mulheres, com a criação de organizações não governamentais (ONG) de caráter feminista.

² 1975 foi designado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher e em dezembro de 1977 o Dia Internacional da Mulher foi adotado pelas Nações Unidas, para lembrar as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres.

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (Lei 10.683, de 29 de Maio de 2003), no âmbito do governo federal e declarado o Ano da Mulher (Lei 10.745, de 9 de outubro de 2003). Em seguida, em 2005 foi elaborado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que inclui um capítulo que trata da “educação inclusiva e não sexista”. Entre as diretrizes educacionais do plano destaca-se “garantir a inclusão das questões de gênero, raça e etnia nos currículos, reconhecer e buscar formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias” (BRASIL, 2004, p.33).

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, editado em 2008, amplia o capítulo que trata da educação nos seguintes termos: “educação inclusiva, não sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica”. Este plano traçou duas grandes linhas de ação: transformação das sensibilidades e representações sobre relações de gênero e orientação sexual, e ações para grupos de mulheres subalternos específicos, como negras quilombolas, indígenas, rurais, com deficiências e encarceradas (BRASIL, 2008).

Este documento também traz o aprimoramento das questões de gênero, raça/etnia nas diretrizes curriculares para a educação básica que foram implementadas no I plano e tem continuidade no II plano. Mas para que estas questões de gênero venham surtir efeito no dia a dia da escola é necessário que as/os docentes tenham sensibilidade para o tema e formação específica para tratar pedagogicamente essas questões.

Para isso é necessário à implementação de disciplinas obrigatórias sobre gênero, sexualidade e orientação sexual no currículo dos cursos de licenciatura, assim como ações que promovam esses temas ao longo de toda formação, como por exemplo: rodas de diálogo, seminários, palestras, congressos, eventos de forma geral. Não se pode mais minimizar a importância desses conteúdos nem suprimi-los do currículo. Para suprir essa necessidade são oferecidos cursos de formação continuada, a exemplo do curso Gênero e Diversidade na Escola à distância apoiado pelo MEC e oferecido pelo NIPAM (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher, Relações de Sexo e Gênero)/UFPB, de 2014-2015, bem como em todo país.

O III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) mostra que apesar dos avanços na igualdade de gênero na educação ainda permanecem, entre outras, as desigualdades no que se refere a escolhas de carreiras entre homens e mulheres. E essa disparidade é presente não só entre mulheres urbanas, mas entre mulheres rurais, assim o PNPM traz em suas metas “Promover políticas para a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e no ensino superior, com destaque para as áreas científicas e tecnológicas, com igualdade de gênero, raça, etnia, considerando as mulheres em sua diversidade” (BRASIL, 2013, p.23).

No que se refere à educação básica, o PNPM 2013-2015 traz como objetivos específicos:

I. Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica.

II. Promover a formação continuada de gestores/as e servidores/as públicos/as de gestão direta, sociedades de economia mista e autarquias, profissionais da educação, como também a formação de estudantes de todos os níveis, etapas e modalidades dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da igualdade de gênero e valorização das diversidades. (BRASIL, 2013).

Vale destacar que um dos objetivos específicos - IV - é, em parte contemplado por este TCC.

IV. Estimular a produção de conhecimento sobre relações sociais de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnicos, raciais, geracionais e das pessoas com deficiência. (BRASIL, 2013).

Em suas metas esses planos trazem também a ampliação do alcance do programa Gênero e Diversidade na Escola, possibilitando formar até 140 mil profissionais da rede pública através desse programa e formar até 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero, étnicas e raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPPGeR), (BRASIL,

2013, p.24). Desde 2004, o I plano visava diminuir as desigualdades no âmbito educacional reconhecendo assim que a paridade de sexo das matrículas, alcançada já no final da década de 1990 em todos os níveis educacionais, não eliminou as desigualdades de gênero.

Explicitamente, a palavra currículo aparece no capítulo da educação do PNPB 2013-2015 referindo-se à educação básica, afirmando-o como um artefato que ainda reproduz desigualdades e também como um meio de superar essa reprodução e construir uma proposta educacional pautada na valorização e inclusão da diversidade. (CARVALHO, GUIMARÃES, MORAIS e SILVA, 2014).

Daí a importância da inclusão da temática na educação básica e superior.

Movimento LGBT

Foi também na segunda metade da década de 1970 que surgiram as primeiras organizações do Movimento Homossexual em São Paulo com o *SOMOS* – Grupo de Afirmação Sexual, que acolhia exclusivamente gays, não contemplando as mulheres lésbicas. Em 1979 aconteceu o “I Encontro de Homossexuais Militantes do Rio de Janeiro”, onde ocorreu uma campanha em prol da retirada do termo *homossexualismo*³, como na época era denominada a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Aliada ao movimento feminista e ao movimento negro, a "primeira onda" do movimento homossexual continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir vários tipos de hierarquias sociais, especialmente as relacionadas a gênero e a sexualidade. Pertenceram a essa fase o grupo *Somos de Afirmação Homossexual*, de São Paulo, e o jornal *Lampião da Esquina*, editado no Rio de Janeiro, que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às convenções de

³ Em 1973, os Estados Unidos retiraram “homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da American Psychology Association, passando a ser usado o termo Homossexualidade. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, considerando que ‘a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão’. Por isso, o sufixo ‘ismo’ (terminologia referente a ‘doença’) foi substituído por ‘dade’ (que remete a ‘modo de ser’).”

uma sociedade sexista, gerando espaços onde a diversidade sexual podia ser afirmada. (FACCHINI, 2011).

O Movimento Homossexual teve como objetivo principal reivindicar direitos civis universais. Foi com a “abertura” política, a eclosão da síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids) e com as políticas públicas de combate a esta epidemia, que o movimento ganhou visibilidade nacional. Na década de 1980, inicia-se a atuação do Grupo Gay da Bahia, importante para o fortalecimento do movimento na região Nordeste. No “Encontro Nacional dos Ativistas” ocorrido também naquele estado em 1984, as reivindicações apontavam, entre outras, para a necessidade de uma legislação antidiscriminatória; legalização do casamento gay; tratamento positivo dos sujeitos na mídia; e inclusão da educação sexual nos currículos escolares.

A Constituição Federal de 1988 não contempla especificamente as relações de gênero, porém determina como um dos objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Título I, Dos Princípios Fundamentais, Art. 3º, inciso IV). Durante a Constituinte, o Movimento Homossexual encabeçado pelo Grupo Triângulo Rosa⁴, reivindicou a inclusão do termo “orientação sexual” (relativo à diversidade sexual) no Artigo 3º, sem êxito.

Enquanto boa parte dos movimentos sociais mais visíveis nos anos 1980 experimenta um processo de "crise", o movimento LGBT não apenas cresce em quantidade de grupos e diversifica os formatos institucionais, como amplia sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social. Assim, entre os interlocutores do movimento LGBT, temos movimentos de direitos humanos, de luta contra a Aids, e movimentos de "minorias", especialmente o feminista, em âmbito nacional e internacional. (FACCHINI, 2011).

⁴ Seu nome é uma homenagem aos homossexuais mortos nos campos de concentração nazistas. O grupo surgiu em uma conjuntura marcada, por um lado, pela epidemia da Aids, por outro, pelo momento político voltado à formação da Assembléia Nacional Constituinte.

A partir da década de 1990, com a expansão deste movimento, surgiu a necessidade de visibilizar a diversidade dos sujeitos envolvidos e as suas reivindicações específicas: gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Organizações de travestis tinha como foco principal as questões relacionadas à Aids e a violência. As lésbicas passaram a ser contempladas na nomenclatura do movimento apenas em 1993. Organização de transexuais lutavam por acesso a cirurgias de transgenitalização, aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina em 1997. “As bandeiras de luta contra a discriminação, violência e pelo respeito à laicidade do Estado unem os diferentes segmentos que constituem o Movimento LGBT”. (FACCHINI, 2011).

Em 1995 foi fundada a primeira e maior rede LGBT do país, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), que passou a promover uma série de ações no âmbito legislativo e judiciário direcionadas a erradicar diferentes formas de discriminação e violência contra esta população. Entre estas ações se destacam as questões referentes à constituição de famílias e uniões civis, direito à adoção, garantia da identidade social de travestis e transexuais, além de punições a comportamentos discriminatórios a estes sujeitos.

No âmbito educacional, a Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) não focalizou questões de igualdade de sexo e equidade de gênero (CARVALHO & RABAY, 2013). Foi com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, especificamente com o tema transversal Orientação Sexual, que não só as escolas de ensino fundamental, mas a educação superior, encarregada da formação de professores/as, têm a oportunidade de se defrontar mais explicitamente com as questões de gênero e sexualidade, que até então só vinham sendo discutidas por grupos/núcleos acadêmicos e pelos movimentos sociais, prioritariamente no de mulheres e no LGBT. Esse documento sugere que se considerem o processo ensino-aprendizagem questões referentes à

Sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes. (BRASIL, 1998, p.73).

Em 2004, foi criado o Programa Brasil sem Homofobia, que para a área da educação propõe:

promoção de valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual; apoio a cursos de formação inicial e continuada de professores na área de sexualidade; formação de equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos; estímulo à produção de materiais educativos sob orientação sexual e superação da homofobia; apoio e divulgação de materiais específicos para a formação de professores; divulgação de informações científicas sobre sexualidade humana; estímulo à pesquisa e à difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de LGBTT e a criação do Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 11-12).

Entre as iniciativas e marcos mais importantes do movimento LGBT estão as Paradas do Orgulho LGBT que acontecem em diversas cidades de todos os Estados do Brasil. Em 2016, foram realizadas cerca de 300 paradas em todo o país, segundo a ABGLT. Para se ter uma noção da dimensão dessa ação, nesse ano, em São Paulo participaram, de acordo com o registro da Prefeitura da cidade, três milhões de pessoas.

Em 2007 foi publicado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) que propõe incluir a temática “da educação em direitos humanos para subsidiar as diretrizes curriculares das áreas de conhecimento das IES” (BRASIL, 2007). Inclusive estabelecendo “políticas e parâmetros para a formação continuada de professores em educação em direitos humanos, nos vários níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 2007).

Visando “contribuir para a difusão de uma cultura de direitos humanos, com atenção para a educação básica e a educação não-formal nas suas diferentes modalidades, bem como formar agentes públicos nessa perspectiva, envolvendo discentes e docentes da graduação e da pós-graduação” (BRASIL, 2007). Propõe ainda “implementar programas e projetos de formação e capacitação sobre educação em direitos humanos para gestores(as), professores(as), servidores(as), corpo discente das IES e membros da comunidade local” (BRASIL, 2007).

Finalmente, vale destacar que o PNEDH ressalta a importância de “desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa nas IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e aquelas alvo de discriminação por motivo de gênero, de orientação sexual e religiosa, entre outros e seguimentos geracionais e étnico-raciais” (BRASIL, 2007).

METODOLOGIA

A pesquisa pautou-se em um delineamento do tipo bibliográfico e um levantamento documental de natureza quanti-qualitativo. Segundo Martins (2004, p. 289), a pesquisa qualitativa se preocupa em analisar microprocessos, através do estudo de ações sociais individuais e grupais. O levantamento documental realizou-se com base em marcos legais, bem como nas conquistas dos movimentos sociais, mais especificamente, movimentos feminista e LGBT a partir da década de 1960;

A motivação da pesquisa se iniciou na especialização Gênero e Diversidade na Escola (GDE), na modalidade EAD, ofertada pelo NIPAM, no período de junho de 2013 a dezembro de 2015. A especialização ofereceu 23 vagas de estágio, de cinco cursos diferentes da UFPB, sendo eles: Pedagogia, Administração, Jornalismo, Gestão Pública e Biblioteconomia. Como integrante do grupo de Pedagogia, que contava com cinco bolsistas, além de mim, Juliana Ferreira, Lucas Pinheiro, Lucas Romário e Rosália Félix, nossa primeira atividade, coordenada pela professora Flávia Maia Guimarães, foi realizar um levantamento dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) do curso de Pedagogia/UFPB/Campus I, no período de 21 anos (1992-2013), nas temáticas gênero e diversidade sexual, eixos centrais do GDE.

A coleta de dados aconteceu na Biblioteca Setorial e no Laboratório de Estágio Supervisionado (LAEST), do Centro de Educação (CE), onde o primeiro objetivo foi ter contato com os TCC, tirar xerox e preencher um quadro analítico, com as seguintes questões: ano, autor/a, título, palavras-chave, objetivos, referências teóricas, metodologias, principais resultados e contribuições para as políticas e práticas. Após esse processo, foi iniciado a ideia de construção de um artigo para expor à comunidade acadêmica os resultados colhidos na pesquisa. Infelizmente no decorrer da especialização várias outras demandas surgiram, a exemplo de atividades burocráticas, rotinas administrativas e compromissos acadêmicos,

fazendo com que a pesquisa, bem como a construção coletiva do artigo ficasse em segundo plano.

No início de 2016, com o fim do GDE e do estágio, decidir continuar sozinha a pesquisa e utiliza-la como objeto do meu TCC. Entrei em contato com a então coordenadora do NIPAM, professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho, que se mostrou bastante empolgada com a relevância do tema, a possibilidade da construção do trabalho e feliz por se tornar minha orientadora. Foi então que resolvi continuar realizando o levantamento e análise sobre a presença das temáticas gênero e orientação sexual na produção dos TCC, no período de 20 anos, desta vez de 1997, ano de lançamento dos PCN, até 2016, último ano em que se encontram disponíveis tais trabalhos no Laboratório de Estágio Supervisionado (LAEST) e na Biblioteca Setorial do Curso de Pedagogia.

GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA – UFPB

A partir dos marcos abordados no tópico anterior, podemos perceber a importância social e legal dessa temática, bem como sua transversalidade na formação superior, especificamente no curso de graduação em Pedagogia, nosso objeto de interesse.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia 15/2006, artº 5, *inciso X*, os discentes egressos do curso de Pedagogia deverão estar suscetíveis a “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras”. (BRASIL, 2006, p.2).

O curso de graduação em Pedagogia do Centro de Educação da UFPB propõe em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), aprovado pela Resolução 64/2006, uma educação em que o debate sobre as temáticas educacionais, culturais e sociais seja inserido em prol de práticas democráticas e igualitárias, com o intuito

de formar profissionais conscientes e competentes. Entretanto, apenas três disciplinas possibilitam, por meio de sua ementa, a abordagem sobre gênero e sexualidade. São elas:

1. Cultura, Gênero e Religiosidade: “[...] a multiculturalidade e as relações de gênero no campo da Educação [...]” (UFPB, 2006);

2. Educação Sexual: “A filosofia da educação sexual. A evolução e a historicidade da educação sexual. A dimensão social da sexualidade. Atitudes e valores com relação à educação sexual. Desenvolvimento psicosexual, infância, adolescência, idade adulta. Educação sexual na família e na escola, metodologia e linguagem, manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial” (UFPB, 2006);

3. Educação e Diversidade Cultural: “A questão do gênero e a identidade nas culturas [...]” (UFPB, 2006).

Ressalta-se que apenas esta última disciplina é obrigatória, sendo as duas primeiras optativas (CARVALHO et al., 2014). Vale registrar ainda que a disciplina Educação Sexual tem bastante procura e é ofertada regularmente.

Todavia as questões de gênero e diversidade sexual poderiam ser contempladas em todas as disciplinas, de forma transversal, uma vez que:

- gênero e sexualidade integram o tema transversal Orientação Sexual, que deve estar presente na formação de professores/as,
- estas questões devem ser transversalizadas em toda formação profissional em nível superior, como indicado nos planos de políticas para mulheres.

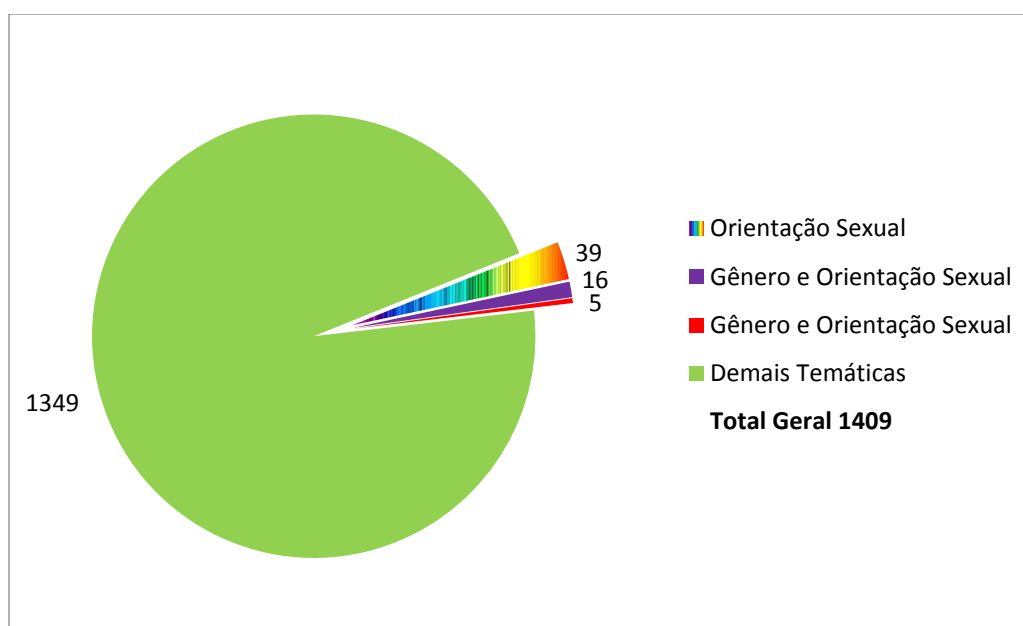
Podemos observar que no curso de Pedagogia da UFPB as/os docentes incluem ou não estas questões em suas aulas, conforme seu próprio discernimento e compromisso com os respectivos movimentos sociais (CARVALHO, GUIMARÃES, MORAIS, SILVA, 2014).

Existem também iniciativas pontuais em que as/os estudantes têm a oportunidade de participar de eventos que focalizam tais temáticas, a exemplo, do Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, que vem ocorrendo no Centro de Educação desde 2007, e dos Encontros da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero - REDOR, cuja 17ª edição ocorreu na UFPB. Destacando que o currículo estabelece o elemento central do PPC, e possibilita o conjunto de experiências de conhecimento teórico destinado à prática dos/as estudantes (SILVA, 1999), a seguir apresentamos a análise de dados da produção dos TCC, considerados como culminância de toda experiência curricular.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOS TCC DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Como já informado inicialmente, no período de 20 anos, de 1997 a 2016, foram produzidos 1409 TCC no Curso de Pedagogia do Centro de Educação, na UFPB. Deste total, 58 trabalhos acadêmicos foram destinados aos estudos de gênero e orientação sexual, sendo 39 de orientação sexual, 16 de gênero e 5 de gênero e orientação sexual como ilustrado no gráfico 1.

Figura 1: TCC do Curso de Pedagogia, Centro de Educação, UFPB, 1997-2016.



Fonte: dados da pesquisa.

Vê-se, portanto, que apenas 4,3% do total de trabalhos de conclusão de curso elaborados ao longo do período aqui considerado, tratam das questões de gênero e orientação sexual. Deste total de TCC, diagnosticamos que o número de autoras e autores é dividido entre 114 mulheres e oito homens, uma vez que no curso de Pedagogia há a particularidade dos trabalhos de conclusão nesse período poderem ser construídos por grupos de até 3 pessoas.

Nestas temáticas 23 docentes orientavam os TCC, sendo 13 docentes nos trabalhos de orientação sexual, em que podemos destacar Margarida Sonia Marinho de Monte Silva e Dimas Lucena de Oliveira com oito trabalhos orientados cada, Expedito Pedro da Silva com cinco trabalhos orientados e Maria Ivete Martins Correia com quatro trabalhos. E dez docentes orientavam a temática de gênero, em que se destacam Maria Eulina Pessoa de Carvalho com dez trabalhos orientados e Ana Paula Romão de Souza Ferreira com três trabalhos orientados.

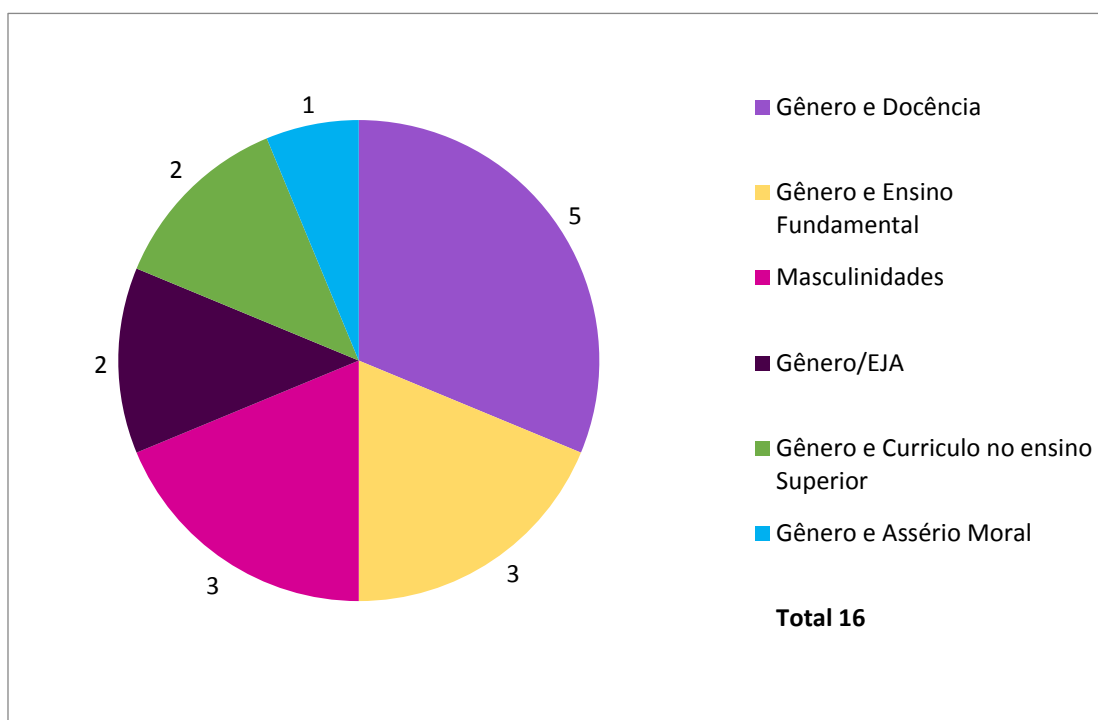
Examinando a distribuição dos 60 trabalhos, encontrados de 1997 a 2016, observa-se que as publicações nestas temáticas deram-se a partir do ano de 1997 e verificamos que a nomenclatura usada nos projetos de intervenção era Educação Sexual e a partir do ano 1998 com a publicação dos PCN a nomenclatura muda para Orientação Sexual. Embora preocupações com questões como gravidez na adolescência e prevenção de DST sempre tenham estado presentes na escola, é possível que não tenham despertado interesse de docentes e discentes do curso de Pedagogia. De 1997 a 2016 o número de trabalhos enfocando as temáticas de gênero e orientação sexual oscilam de um a oito por ano. Destacam-se sete trabalhos em 1997, seis em 2006 e oito em 2010.

Podemos considerar dois marcos que poderiam ter influenciado o interesse de discentes e docentes nas temáticas em análise: o ano de 1997, quando o tema transversal Orientação Sexual dos PCN passou a ser trabalhado; e o ano de 2004, quando é criada a Secretaria de Políticas para Mulheres, sai o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, e também é lançado o Programa Brasil Sem Homofobia. Lembramos ainda que esta última proposta foi levada para as escolas através do MEC, que criou o programa Escola Sem Homofobia com o objetivo de enfrentar o

preconceito, promover a diversidade sexual e combater a violência homofóbica nas escolas.

Assim, observamos que de 1998 a 2003 foi produzido um total de 20 TCC em gênero e orientação sexual. Já a partir de 2004 até 2016 encontra-se um total de 40 trabalhos. Podemos então dizer que tem crescido o interesse pela temática, embora nos anos de 2011 e 2012 tenham sido produzidos, respectivamente, 2 e 1 TCC apenas.

Figura 2: Distribuição de TCC sobre Gênero, Curso de Pedagogia, UFPB



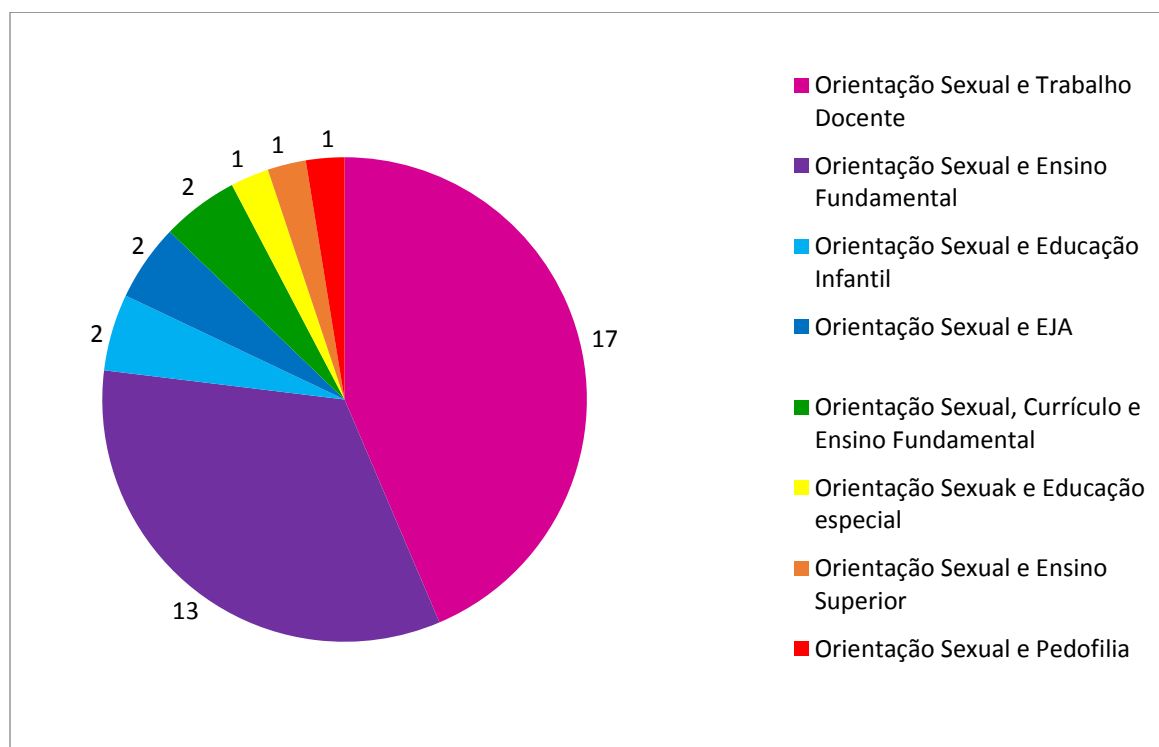
Fonte: dados da pesquisa.

Em relação às temáticas, observamos que a maioria dos trabalhos produzidos em gênero focaram no tema docência, conforme o gráfico 2, uma vez que os cursos de licenciatura e, mais especificamente, o curso de Pedagogia são majoritariamente frequentados por mulheres.

As mulheres predominam nas profissões ligadas ao cuidar: educação, saúde, alimentação; e os homens, nas profissões ligadas às finanças, administração, às tecnologias e às chamadas *hard sciences*, que são, também, aquelas com maior prestígio e reconhecimento no mercado. (TAVARES, 2009, p. 34).

Isso é exemplificado pelos seguintes trabalhos: “A Profissionalização da Normalista na Paraíba, Ontem e Hoje: o significado de ser professora” (SANTOS, 1999), “Os Múltiplos Papeis na Relação Trabalho-Vida Pessoal de Mulheres Docentes” (FIALHO, 2011) e “Mulher, Trabalho e Escola: uma relação presente na prática pedagógica” (TAVARES, PAIXÃO e FREITAS, 2013). No entanto, apesar da Lei Maria da Penha, promulgada no ano de 2006, ser um instrumento de valorização da mulher e combate à violência, não encontramos nenhum trabalho que abordasse a temática.

Figura 3: Distribuição de TCC do Curso de Pedagogia, sobre Orientação Sexual



Fonte: dados da pesquisa.

Conforme o gráfico 3, em um total de 39 trabalhos, destacamos 17 trabalhos produzidos na sub-temática Educação Sexual e Trabalho Docente, na sua maioria destacando a figura do/a professor/a como personagem principal na disseminação do conhecimento e no diálogo de assuntos que são tabus, como doenças sexualmente transmissíveis (DST), a exemplo de: “O papel do professor diante da educação sexual” (AMARAL, SILVA e SOUZA, 1997), “Orientação Sexual: prevenção DST e AIDS – questionamentos e propostas” (NASCIMENTO, PEREIRA e SANTOS, 1999), “Sexualidade e tabus na escola: pedagogia da superação”

(RIBEIRO e SILVA, 2008) e “Atuação e dificuldades dos professores quanto à orientação sexual” (PONTES, SANTOS e SOUZA, 2010).

A segunda sub-temática de maior expressão numérica é Orientação Sexual e Ensino Fundamental com 13 trabalhos produzidos. Observamos mais uma vez que o foco está na dificuldade de falar sobre Orientação Sexual e Sexualidade em turmas de 1º grau, na prevenção de DSTs e gravidez na adolescência. Uma curiosidade desse tema é que a grande maioria dos trabalhos foram realizados em escolas de 1º grau no período noturno. Acreditamos que as autoras e os autores destes TCCs sentiam mais liberdade de tratar assuntos como esses com turmas de idade mais elevada, onde possivelmente o conteúdo apresentado seria melhor aproveitado. Destacam-se os seguintes trabalhos: “Gravidez na adolescência – uma temática a ser abraçada pela educação sexual na escola de 1º grau” (LEITE e SILVA, 1997), “A sexualidade vista por estudantes, numa escola pública de 1º grau, noturno de João Pessoa” (SILVA e SOUZA, 1997), “Prevenção de D.S.Ts na escola pública de 1º grau” (GOMES e SILVA, 2001) e “Gravidez na Adolescência: implicação do exercício da sexualidade juvenil” (MOURA, 2010).

As sub-temáticas Orientação Sexual, Ensino Fundamental e Currículo, Orientação Sexual e Educação Infantil e Orientação Sexual e Educação de Jovens e Adultos (EJA) aparecem com dois TCC cada. Os TCC sobre Orientação Sexual, Ensino Fundamental e Currículo, intitulados “PCNs e orientação sexual na escola: desafio pedagógico” (ANDRADE, COSTA e FARIAS, 2008) e “Orientação sexual na escola: uma proposta de prática pedagógica” (SANTOS e SILVA, 2010) destacam a importância do tema transversal Orientação Sexual estar nos PCN, além disso, enfatizam principalmente a necessidade de que se aborde esse tema de forma efetivamente transversalizada em todas as disciplinas do currículo e que professoras e professores tenham uma formação especial e adequada ao tema, para que possam ajudar as/os alunas/os em sala de aula a entender assuntos pouco discutidos em seus contextos familiares, com o objetivo de que estas/es tornem-se cidadãs/aos críticos/reflexivos e que possam viver sua sexualidade de maneira segura e livre.

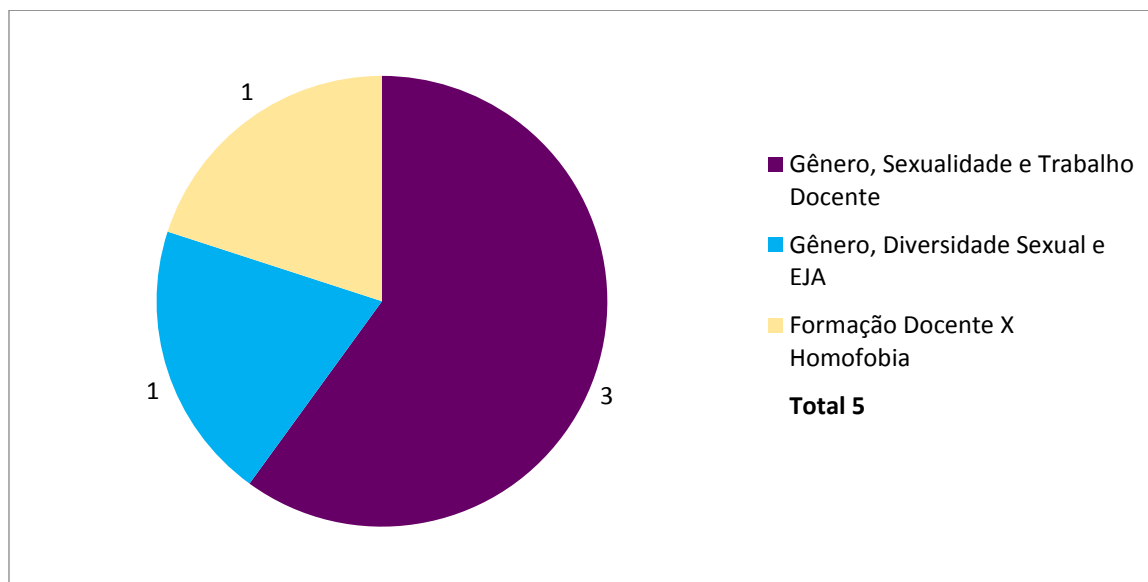
Os trabalhos sobre Orientação Sexual e Educação Infantil, intitulados “Criatividade e sexualidade: um estudo numa creche em João Pessoa” (CORREIA, DORE e VASCONCELOS, 1999) e “Representação da sexualidade infantil: uma

análise comparativa entre as famílias das crianças de duas escolas de educação infantil” (ADVINCULA, 2009) trabalham com perspectivas diferentes. Enquanto o primeiro é voltado para a metodologia usada pelas/os educadoras/es numa creche acerca da criatividade e sexualidade infantil, o cotidiano das crianças e como elas reagem a esses temas, no segundo trabalho foi realizada uma pesquisa com as famílias de crianças entre três e cinco anos com o objetivo de “investigar as inter-relações nas famílias, no tocante às representações e às práticas descritas, e como estão estruturadas as identidades, para verificar como elas influenciam no desenvolvimento da sexualidade” (ADVINCULA, 2009).

Os dois trabalhos sobre Orientação Sexual e EJA, intitulados “Orientação sexual a adolescentes da sétima série noturna” (SILVA e SILVA, 1997) e “Sexualidade x Educação de jovens e adultos: uma proposta (in) decente” (SOUZA, 2006) tratam de questões parecidas, como por exemplo, as dificuldades e necessidades de abordar a Orientação Sexual em turmas da EJA, bem como a urgência de que o referido tema ultrapasse os muros da escola e que as alunas e os alunos desta modalidade de ensino possam oferecer uma Orientação/Educação Sexual de qualidade à qual esses e essas estudantes da EJA não tiveram acesso.

Em seguida apresentamos as sub-temáticas que possuem apenas uma produção cada. Orientação Sexual e Abuso Sexual, com o trabalho “por trás das vidraças embaçadas: a escola e a pedofilia” (BARRETO, COSTA e FERRAZ, 2003), Orientação Sexual e Educação Especial, com o TCC “Educação sexual e as pessoas com Síndrome de Down” (GUEDES e PEREIRA, 2007) e Orientação Sexual e Ensino Superior com a produção “Pedagogia para orientação sexual no curso de Pedagogia da UFPB – campus I – João Pessoa-PB” (SILVA, 2010).

Figura 4: Distribuição de TCC do Curso de Pedagogia, sobre Gênero e Orientação Sexual



Fonte: dados da pesquisa.

No gráfico 4 Gênero e Orientação Sexual observamos que três subtemáticas se destacam, são elas: Formação docente x Homofobia (1 TCC); Gênero, diversidade sexual e EJA (1 TCC) e Gênero, Sexualidade e Trabalho Docente (3 TCC).

Os TCC com maior visibilidade são na subtemática Gênero, Sexualidade e Trabalho Docente: o primeiro intitula-se “A professora de ensino fundamental e a orientação sexual na escola: Além dos temas transversais” (SILVA, 2002), enfoca a prática de professoras nessas temáticas a partir dos temas transversais, o segundo, intitulado “A sexualidade na infância e suas manifestações na pré-escola” (MEDEIROS, BARROS e CAVALCANTE, 2006), apresenta uma preocupação quanto à prática docente nas manifestações de sexualidade na infância e nas relações de gênero, e o terceiro intitulado: “Orientação sexual: concepções de professoras e professores do ensino fundamental” (BARBOSA e MESQUITA, 2006), expõe a vivência e experiência das/os docentes referentes às relações de gênero e sexualidade no ensino dos temas transversais em sala de aula, conforme os PCN.

Na subtemática Formação docente x homofobia, o TCC intitulado “Quando o professor é o alvo da homofobia: Análise de efeitos de uma formação docente” (GOMES, 2013), enfatiza a necessidade de uma educação para a não violência de gênero e da visibilidade à diversidade sexual.

Na subtemática Gênero, diversidade sexual e EJA, o trabalho intitulado “É bom aprender: discussões sobre gênero e diversidade sexual nos livros didáticos da

educação de jovens e adultos” (SILVA, 2013) traz uma análise sobre o material didático utilizado na EJA, com uma reflexão sobre a figura da mulher e as várias expressões da diversidade sexual, constatando que este continua a reproduzir estereótipos de nossa sociedade patriarcal, machista e heteronormativa, bem como infantiliza os/as alunos/as da Educação de Jovens e Adultos.

Nos trabalhos citados acima percebemos a preocupação de estudantes de Pedagogia quanto à prática docente nas temáticas de gênero, orientação sexual e diversidade sexual, considerando que os PCN propõem uma renovação e reelaboração da proposta curricular para um reconhecimento destas práticas educativas (BRASIL, 1998).

CONCLUSÕES

Podemos perceber que desde a década de 1970 os movimentos sociais feminista e LGBT reivindicam e mobilizam a sociedade por direitos para as mulheres, equidade de gênero, despatologização da homossexualidade, legalização do casamento gay, inclusão da educação sexual nos currículos escolares, acesso a cirurgias de transgenitalização, respeito à laicidade do Estado, dentre outros. Conseqüentemente, anos mais tarde, observamos os frutos das lutas desses movimentos, reconhecidos pelos poderes públicos e traduzidos em documentos legais, como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e o Programa Brasil Sem Homofobia.

No tocante à produção de TCC do curso de Pedagogia/UFPB, constatamos a incipiência do impacto desses documentos legais no currículo, expressa no pequeno número de TCC focalizando as temáticas de gênero e orientação sexual: apenas 4,3% em 20 anos. De 1997 a 2016, de 1409 trabalhos produzidos, apenas 39 foram sobre orientação sexual, 16 sobre gênero e cinco sobre gênero e orientação sexual.

Finalmente, percebemos a importância dos documentos legais na produção de TCC, no entanto sua relevância ainda não corresponde ao esperado. Ao refletimos sobre inclusão das temáticas de gênero e orientação sexual no currículo do curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, observamos o quão distante elas

ainda se encontram do interesse acadêmico, motivo para que os/as militantes dos movimentos feminista e LGBT, docentes e discentes, busquem cada vez mais a promoção, o debate e a legitimidade dos referidos temas. Acreditamos que com a transversalidade de gênero as várias esferas política, legal, social, educacional, com a valorização de uma educação que reconheça e respeite a diversidade conseguiremos retirar gênero e orientação sexual dos “guetos” sociais e acadêmicos, para serem tratados como questões de direitos humanos, em vista da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BLAY, E. A. **Núcleos de Estudos da Mulher X Academia. In: Pensando gênero e ciências. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa- 2005/2006.** Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Brasil/SPM, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...> Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: apresentação dos temas transversais. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 11. Maio de 2006.

BRASILIA. **Cadernos Temáticos da Secad**. Caderno 4 – Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos, 2007.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Gênero e educação superior**: apontamentos sobre o tema / Maria Eulina Pessoa de Carvalho. Glória Rabay. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. GUIMARÃES, Flávia Maia. MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves de. SILVA, Francisca Jocineide da Costa e. **Inclusão da temática de gênero no curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba: primeiros passos**. Espaço do Currículo, v. 7, n.2, p.262-275, Maio a Agosto de 2014.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 304p.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. In: Conselho Regional de Psicologia da 6a. Região. (Org.). **Psicologia e diversidade sexual**. 1ed. São Paulo: CRPSP, 2011, p. 10-19.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

SARTI, Cíntia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória**. Revista estudos feminista. V. 12, n. 2; 35-50, 2004.

SILVA, Thomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TAVARES, I. **A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas do conhecimento**. In RISTOFF, D. et al. *Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira*. Brasília-DF, 6-7/12/2007. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 31-62.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Político Pedagógico**: curso de graduação em pedagogia. João Pessoa: Editora UFPB, 2006.

APÊNDICES

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

LUCENA, Anatlilde da Silva. JACINTO, Kaile Cristina Pinto. ARAÚJO, Raquel G. A. **Orientação Sexual nas Escolas.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1997. 30f.

LEITE, Durvania Olegário. SILVA, Maria Helena P. da. **Gravidez na adolescência – uma temática a ser abraçada pela educação sexual na escola de 1º grau.** Trabalho de Conclusão de Curso. – João Pessoa: UFPB, 1997. 41f.

SILVA, Aldivina Rodrigues da. SILVA, Tereza Carmem R. da. **Orientação sexual à adolescentes da sétima série noturna.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1997. 74f.

SOUZA, Maria Josilene Ferreira de. SILVA, Valéria Rogéria Cândido da. **A sexualidade vista por estudantes, numa escola de 1º grau noturno de João Pessoa.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1997. 23f.

COSTA, Ilmara Rejane Brasileiro. OLIVEIRA, Márcia Maria Lima de. SOUZA, Tânia de Fátima Santos. **Adolescência e sexualidade: orientação sexual nas escolas.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1997. 37f.

AMARAL, Adriano Augusto Lyra do. SILVA, Ciane Ferreira da. SOUZA, Igeíze Alvez de. **O papel do professor diante da educação sexual.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1997. 38f.

LINS, Ana Carla Pereira. BEZERRA, Janete Tavares. FORTUNATO, Maria da Conceição Ferreira. **Sexualidade na adolescência.** – João Pessoa: UFPB, 1997. 50f.

CASADO, Jonildo de Oliveira. VIEIRA, Maria Elvira da Silva. LEITE, Rosenilda Alves de Sousa. **Orientação Sexual: “construindo caminhos”.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1998. 55f.

LUCENA, Sérgio de Lima. **Orientação Sexual na Escola: as dificuldades do professor em sala de aula** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1998. 35f.

DORE, Dayse Ramos. VASCONCELOS, Fabíola Andréa de. CORREIA, Vanessa Florinda Emerenciano dos Santos. **Criatividade e sexualidade: um estudo numa creche em João Pessoa.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1999. 31f.

SANTOS, Adeilda Nascimento dos. NASCIMENTO, Gissiê Elias dos Santos. PEREIRA, Irineuda Dias. **Orientação sexual: prevenção DST's e AIDS – questionamentos e propostas.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1999. 46f.

LOPES, Adraina Pereira. DUARTE, Maria Vânia Sampaio. **Escola: espaço de orientação sexual.** - Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1999. 30f.

- FARIAS, Gilma Silva de. SOUZA, Normélia de. **Espaço de orientação sexual na escola.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 1999. 45f.
- SILVA, Marília Araújo Alves da. SOARES, Yoná de Fátima Gonçalves. **O papel do orientador educacional: ação educativa e preventiva sobre drogas e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), na escola municipal Seráfico da Nóbrega.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2000. 29f.
- LUCENA, Edna dos Santos. SOUZA, Rita Lopes de. SILVA, Aleginalda Maciel da. **Educação sexual no ensino fundamental: contribuição para sua melhoria.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2000. 91f.
- ESPINOLA, Flávia Isabella M. OLIVEIRA, Ardis Farias de. **Orientação sexual: vivendo uma experiência pedagógica.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2000. 45f.
- SILVA, Lenina de Andrade. GOMES, Rosa de Lourdes. **Prevenção das D.S.Ts na escola pública de 1º grau.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2001. 58f.
- LIMA, Janaina Pimental da Cunha. **Orientação sexual: porque, porque não e para quê?.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2001. 74f.
- BARRETO, Annyelle Ferreira. FERRAZ, Lucemar Miranda. COSTA, Maria Betânia do Egito. **Por trás das vidraças embaçadas: a escola e a pedofilia.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2003. 59f.
- BARBOSA, Beatriz Moura. ARAÚJO, Elisângela Moura de. MOURA, Késsia Mileny de Paulo. **O pedagogo enquanto mediador da proposta de educação sexual.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2003. 43f.
- LIMA, Erica Renata Lauritino de. ALENCAR, Sabrina Pinho de. SANTOS, Vanessa Gusmão dos. **Orientação sexual: realidade ou utopia?.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2004. 33f.
- SILVA, Rosa Maria da. NASCIMENTO, Severina de Souza. SILVA, Vilma Maria Pereira da. **As dificuldades da educação no ensino fundamental: o professor e suas soluções.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2005. 51f.
- PALITOT, Josefa Moreira. ARAÚJO, Marineide Pereira de. SOUTO, Silvana de Lima. **Representações sociais sobre sexualidade na pré-adolescência entre alunos e professora da 4ª série do ensino fundamental e sua importância para o processo educativo.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2005. 60f.
- BRITO, Catarina do Amaral. COSTA, Esterliana Ferreira Maciel. PONTES, Roberta Maria de Vasconcelos. **A temática transversal “orientação sexual” na educação básica: mito ou realidade?.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2006. 44f.

- SOUZA, Rhana Lopes Macedo. **Sexualidade x educação de jovens e adultos: uma proposta de ensino (in) decente.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2006. 41f.
- GUEDES, Sandra Maria Nogueira. PEREIRA, Sandra Maria. **Educação sexual e as pessoas com Síndrome de Down.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2007. 00f.
- LIMA, Amanda Dias da Silva. SANTOS, Bruna Suely Lima dos. LIMA, Maria Aurélia Acácio de. **Trabalhando sexualidade na escola.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2007. 38f.
- OLIVEIRA, Rosiane de. **O adolescente e seu corpo: estudo com adolescentes de uma escola pública municipal.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2007. 71f.
- RIBEIRO, Andréa de Souza Fernandes. SILVA, Adriana de Carvalho. **Sexualidade e tabus na escola: pedagogia da superação.** - Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2008. 37f.
- ANDRADE, Márcia Andréa Rodrigues. BATISTA, Terezinha de Oliveira Lucena. GABRIEL, Vanessa Vagna da Costa. **PCNs e orientação sexual na escola: desafio pedagógico.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2008. 60f.
- ADVÍNCULA, Charya Charlotte Bezerra. **Representação da sexualidade infantil: uma análise comparativa entre as famílias das crianças de duas escolas de educação infantil.** – Trabalho de Conclusão de Curso. Pessoa: UFPB, 2009. 58f.
- MANGUEIRA, Aline Soares Medeiros. SANTOS, Juliana Karla Gomes Lyra dos. SILVA, Rosemary dos Santos. **Pedagogia da sexualidade: um olhar no ensino fundamental.** – João Pessoa: UFPB, 2009. 61f.
- SANTOS, Adria Karla Cavalcanti dos. SILVA, Thais Regina de Medeiros. **Orientação sexual na escola: uma proposta de prática pedagógica.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2010. 54f.
- MAIA, Noeli Corrêa. MAIA, Noemi Côrrea. **Pedagogia da sexualidade: a televisão e a erotização precoce.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2010. 60f.
- PONTES, Aylla Thereza de Lima. SOUZA, Elizany Patrícia Barbosa de. SANTOS, Linize Barros da Cunha. **Atuação e dificuldades dos professores quanto à orientação sexual.** - Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2010. 48f.
- CARVALHO, Marcel de Souza. MORAIS, Raíssa Márcia Soares de. **Orientação sexual na escola: silêncio e desejos.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2010. 60f.

MOURA, Augusta Magnólia Roberto de. **Gravidez na adolescência: implicação do exercício da sexualidade juvenil.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2010. 69f.

BEZERRA, Vanêssa Lira Moraes dos Santos. **Pedagogia da sexualidade: o papel do professor.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2011. 38f.

SILVA, Dayana Angélica Gomes da. **Pedagogia para orientação sexual no curso de pedagogia da UFPB – campus I – João Pessoa-PB.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2012. 126f.

SANTOS, Erinalva Lopes dos. **A profissionalização da normalista na Paraíba, ontem e hoje: significado de ser professora.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2000. 31f.

SILVA, Maria Caçula da. NASCIMENTO, Verônica Maria Carvalho do. **Projeto escola Zé Peão: um estudo sobre relação de gênero.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2001. 20f.

SILVA, Jeane Félix da. **A professora do ensino fundamental e a orientação sexual na escola: além dos temas transversais.** – Trabalho de Conclusão de Curso. Pessoa: UFPB, 2002. 42f.

CASCUDO, Raffaella Espinola de Carvalho. **Refletindo sobre a equidade de gênero nas relações escolares: o papel do/a pedagogo/a.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2003. 46f.

TAVARES, Herbênia de Cássia Cruz. PAIXÃO, Maura Saraiva da. FREITAS, Onélia Lins de. **Mulher, trabalho e escola: uma relação presente na prática pedagógica.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2003. 45f.

MELO, Erika Micheline J. S. Tavares de. **Abordagem da temática de gênero no currículo do Curso de Pedagogia do Centro de Educação.** - Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2004. 26f.

GOMES, Germana de Lourdes Barreto. **Gênero e prática escolar: uma análise das relações de gênero na 1ª série do ensino fundamental.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2005. 37f.

MADEIRO, Alanna. BARROS, Izabel Ana de Lima. CAVALCANTI, Lisangela Dias. **A sexualidade na infância e suas manifestações na pré-escola.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2006. 39f.

SOARES, Maria Valdenice Resende. **Identidade masculina em questão: um novo homem?.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2006. 40f.

BARBOSA, Ingrid Galvão. MESQUITA, Núbia Medeiros de. **Orientação sexual: concepções de professoras e professores do ensino fundamental.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2006. 38f.

SANTOS, Niédja Ferreira dos, **O debate de gênero no curso de pedagogia: entre a ausência, o desejo e a realidade.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2009. 38f.

AZEVÊDO, Arilene Florentino Félix de. **Discriminação de gênero no IFPB: estudo sobre as experiências de assédio moral contra professoras.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2010. 42f.

MELO, Suênia de França Soares. ANDRADE, Wilma Pereira de. **A prática escolar frente às relações de gênero no cotidiano do ensino fundamental I.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2010. 63f.

CUNHA, Mário Inácio da. **Gênero, masculinidades e prática pedagógica: um olhar para prática educativa dos educadores/as e a construção das diferentes masculinidades no espaço da espaço pública.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2010. 43f.

FIALHO, Marília Gabriela Duarte. **Os múltiplos papéis na relação trabalho-vida pessoal de mulheres-docentes.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2011.

GOMES, José Cleudo. **Quando o professor é o alvo da homofobia: análise de feitos de uma formação docente.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2013. 68f.

LEAL, Maria dos Santos Gomes. MONTEIRO, Nilane Bezerra. RODRIGUES, Priscila Belarmino da Silva. **Equidade de gênero na sala de aula: uma experiência no 5º ano da escola municipal Dom Helder Câmara.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2013. 66f.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa. **“É bom aprender”: discussões sobre gênero e diversidade sexual nos livros didáticos da educação de jovens e adultos.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2013. 63f.

URBANO, Angelina Caliane de Medeiros. CÉSAR, Carla Socorro Stabili. MONTEIRO, Emanoela Modesto. **A presença da mulher na sala de educação de jovens e adultos.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2013. 65f.

SILVA, A. P da. **Ih!!! Tem “viado, sapata...” Gênero e suas novas expressões na escola. E o que x pedagogx tem a ver com isso!!!? Uma análise na formação inicial de educandxs do Curso de Pedagogia/UFPB, campus I nas temáticas de gênero e diversidade sexual.** 90 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FREITAS, Mayanne Júlia Tomaz. **A construção da identidade feminista de homens: uma caso pioneiro no Brasil.** – Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2016.

ANEXO

QUADRO ANALÍTICO

ANO	Título; autor/a	palavras-chave	objetivos	Referências teóricas	Metodologia	Principais resultados	Contribuições para as políticas e práticas
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
7.							